

# **Moção**

## **Em defesa do Serviço Público dos CTT**

Os Correios, ao longo de mais de cinco séculos, asseguraram prestação dos serviços postais em condições que lhe permitiram granjear o apreço da generalidade dos cidadãos e todas as entidades que eles recorreram.

Em Dezembro de 2013 foi iniciada privatização dos CTT, alienando cerca de 70% do seu capital. Em setembro de 2014, foram privatizados os restantes 30%.

O Contrato de Concessão, celebrado entre o Estado e os CTT obriga a empresa a prestar um serviço de qualidade conforme estipulado pela Lei e nas Bases da Concessão. Contudo, desde a privatização, a Estratégia da administração da empresa prossegue um caminho de desrespeito pelas obrigações que está sujeita no que respeita à prestação do serviço, e apenas tem como objetivo garantir que os novos donos (grandes grupos económicos estrangeiros) recebam de volta rapidamente o que pagaram pela compra dos CTT, bem como aproveitar a rede dos CTT para implantar um Banco a nível nacional.

A Administração dos CTT anunciou o despedimento de mais trabalhadores, da venda de mais património e o encerramento de mais estações. Este pacote soma-se ao que estava já em curso e prossegue caminho de desinvestimento, descapitalização, sangria da empresa e do seu património, com distribuição de dividendos aos acionistas muito acima dos lucros registados.

Assiste-se ao aprofundar do caminho desastroso aberto com a privatização dos CTT, ao degradar o serviço para níveis escandalosos e a destruição desta empresa com papel fundamental e insubstituível para o país e populações.

Os Correios não são um negócio. São um instrumento insubstituível para coesão social, económica e territorial do nosso país.

Ao Estado cabe responsabilidade de garantir que os serviços postais são assegurados em condições de igualdade a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer espécie.

O serviço postal deve estar ao serviço da economia nacional e do desenvolvimento, com uma gestão que vise o equilíbrio económico-financeiro e o investimento na melhoria da qualidade.

Mais do que uma empresa que garanta lucros e dividendos, os Correios devem ser o garante de um serviço público efetivamente ao serviço do país e das populações, que no caso do concelho de Aljustrel aqui estão representadas através dos seus eleitos nesta Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal de Aljustrel, reunida 28 de Fevereiro de 2018 afirma a importância estratégica para o país e para soberania nacional do Serviço Postal que não pode estar à mercê de um rumo de máxima acumulação do lucro e delapidação do património humano e material da empresa, como nos é dado a conhecer pelas notícias diariamente divulgadas.

Reitera que é um imperativo nacional, de soberania, coesão territorial e justiça social, que se inicie o processo de recuperação do controlo e gestão do Serviço Postal Universal por parte do Estado.

A Assembleia Municipal de Aljustrel exige, pois, reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal como forma de garantia de um Serviço Postal que sirva as populações, a economia nacional e o país em condições de igualdade.

Esta moção em caso de aprovação deverá ser remetida para o Governo, para a Assembleia da República, para os Grupos Parlamentares, e para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Aljustrel, 28 de Fevereiro de 2018.

Os membros eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Aljustrel